

Por isso, estou trazendo essas informações, fazendo essa denúncia de corte de investimentos nos institutos federais e dizendo que vamos lutar para que isso não ocorra mais, até porque a cidade de Catanduva merece essas verbas, merece esse investimento do instituto federal, e não apenas para os estudantes de sua cidade, mas principalmente para os estudantes da região que vão para a cidade, que consomem, que alugam suas casas ali, movimentando a economia local. Isso é importante para o nosso processo de desenvolvimento, é importantíssimo para o nosso processo de crescimento.

Por isso, apelo ao Ministério da Educação e ao próprio presidente da República para que não cortem verbas de um setor tão vital para esse país como a Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectador da TV Assembleia que nos assiste na Capital, no interior paulista, na Baixada Santista, na Grande São Paulo, eu gostaria de fazer uma grave denúncia sobre o fechamento de escolas, sobre a reorganização da rede estadual, que continua de forma disfarçada, mesmo com a derrota que foi imposta pelos alunos da rede estadual, no ano passado.

Eles ocuparam mais de 200 escolas e impuseram uma grande derrota ao governador Geraldo Alckmin. Ele teve que recuar do projeto de fechamento de escolas, de salas e de turnos; teve que demitir o secretário da Educação, que não abria diálogo com os estudantes, com os professores e com a comunidade escolar.

O fato é que nós estamos denunciando que essa reorganização continua este ano, de uma forma disfarçada, continuando esse procedimento de fechar escolas. Mais uma escola está sendo prejudicada. Recebemos, da comunidade escolar da Escola Estadual Modesto Tavares de Lima, de Itapetininga, a informação de que essa escola está sendo fechada.

Em 2010, essa escola foi ocupada pela burocracia, pelos burocratas da Educação. Transformaram uma parte da escola, cederam-na à Secretaria da Educação, que obrigou a escola a ceder parte das suas instalações para acomodar os burocratas, a burocracia da Diretoria de Ensino de Itapetininga.

Isso comprometeu o projeto pedagógico da escola, o processo ensino-aprendizagem. Espaços pedagógicos foram destruídos, entregues para a burocracia. Não bastando isso, agora, um novo ataque é feito pela Secretaria da Educação e pela Diretoria de Ensino, que está querendo ocupar novamente outra parte da escola, outros espaços pedagógicos, para a instalação da Rede Saber, que funcionava em outro espaço, na região. Com isso, destrói-se o pouco que ainda resta do espaço pedagógico dessa Escola Estadual Modesto Tavares de Lima.

Tenho aqui documentos. Tenho aqui uma ata do conselho de escola se colocando radicalmente contra essa proposta, dizendo que esse procedimento vai destruir o projeto pedagógico da escola. Laboratórios, sala de vídeo, biblioteca, todos esses espaços serão praticamente destruídos, serão ocupados por esse outro projeto, que não tem nada a ver com o projeto da escola.

Na prática, significa o desmantelamento da Escola Estadual Modesto Tavares de Lima, Sr. Presidente. Gostaria que a Secretaria tomasse providências imediatas em relação a isso, porque toda a comunidade escolar é contra. Tenho aqui a ata do conselho de escola, o tema foi debatido.

Hoje, temos o princípio da gestão democrática, que é sagrado, da gestão da escola pública brasileira, que é um princípio consagrado inscrito tanto no capítulo da

Educação da Constituição Federal - do Art. 204 ao Art. 215 -, como também na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O que está acontecendo ali é um absurdo, é um ataque, é uma afronta, é uma violação a esse princípio constitucional.

A comunidade está mobilizada contra isso. Até a Câmara Municipal de Itapetininga votou uma moção contra a instalação desse projeto dentro da escola. Porque a escola vai perder o pouco que restou dos seus espaços pedagógicos.

A intenção da Diretoria de Ensino de Itapetininga é praticamente fechar a escola, transformando aquele espaço num espaço da burocracia, Sr. Presidente. Então, vemos que o projeto do Alckmin de reorganização, de fechamento de escolas continua com muita força no nosso Estado, mesmo com a derrota do projeto no ano passado.

S. Exa. colocou em curso esse projeto - nós chamamos isso de reorganização disfarçada - quando, no início do ano, S. Exa. manipulou os dados das transferências dos alunos. Ai, fechou muitas salas em muitas escolas da rede.

Nós já acionamos o Ministério Público com relação a esse fato, a própria Defensoria Pública, que estava acompanhando, foi já acionada pelas comunidades escolares que foram afetadas.

Agora, temos essa notícia da Escola Estadual Modesto Tavares de Lima, que está sendo destruída pela Secretaria da Educação. O governo pretende fechar essa escola, pretende desmantelar essa escola. E o pior: vai entregá-la para a burocracia de uma diretoria de ensino que tem outros espaços. O próprio conselho de escola aponta aqui outros espaços para que o projeto da Rede Saber possa se instalar. Portanto, não há necessidade de ocupar mais espaços lá da EE. Modesto Tavares de Lima porque na cidade de Itapetininga existem espaços públicos, inclusive ociosos, que podem acomodar esse projeto e acomodar, inclusive, a diretoria de ensino, que já deveria ter saído da escola. Quando essa parte da burocracia da diretoria de ensino foi transferida para a EE. Modesto Tavares de Lima, foi em caráter provisório, por alguns meses.

Isso foi em 2010 e até hoje - seis anos se passaram - não houve nenhuma mudança. A diretoria continua no mesmo espaço.

Nós já perdemos ali vagas, muitas crianças, muitos adolescentes não foram atendidos na demanda escolar do ensino fundamental e do ensino médio.

Sr. Presidente, quero fazer o registro dessa denúncia e pedir providências imediatas para que a Secretaria da Educação reverta essa situação e devolva todos os espaços à EE. Modesto Tavares de Lima, da cidade de Itapetininga.

Encerro a minha fala solicitando que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas urgentemente ao Secretário da Educação, Sr. José Renato Nalini, e também à Diretoria de Ensino de Itapetininga e à Direção da EE. Modesto Tavares de Lima. E repito, que todos os espaços sejam devolvidos à essa escola estadual, porque nós não vamos permitir que escolas sejam fechadas no estado de São Paulo, nem salas, principalmente para acomodar os burocratas e a burocracia da Secretaria da Educação. Existem outros espaços na cidade de Itapetininga para que esses serviços sejam prestados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim, pelo tempo regimental.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, funcionários da Defensoria Pública, contem comigo para o aumento dos senhores pois os senhores merecem - os senhores ganham muito pouco perto do que os defensores ganham; os senhores têm o seu direito, podem ter certeza e contem comigo.

Quero hoje parabenizar o Tribunal de Justiça que fez justiça a uma ocorrência de Campinas, investigada por esse grande Ministério Público de São Paulo, que acredito ter cerca de 60% de promotores corretíssimos e 40% metidos que querem aparecer e que acabam com empresários, com prefeitos, com a Polícia. Pessoas do bem que trabalham olhando o seu nariz e que se acham os guardiões da verdade, que acabam prendendo pessoas honestas e destruindo famílias.

Sr. Presidente, queria ler rapidamente um texto aqui: “Por decisão unânime de três a zero trancou o processo crime motivado contra o Dr. Clemente Calvo Castilhone, por inépcia de denúncia. Para quem não se recorda, em 2013 o Dr. Clemente Calvo Castilhone, chegou a ser preso quando ocupava o IP do DENARC sob a acusação pelo Gaeco de Campinas, esse grande Gaeco de Campinas. Eu tenho um amigo lá - várias investigações foram feitas por mim e pelo Deic - , um promotor público do bem, que trabalhou muito com roubo a banco e nós conseguimos acabar com 70% das quadrilhas de roubos à caixas eletrônicos. Mas tem também nesse Gaeco outros promotores que não valem nada. E um desses promotores chamado Amauri, que na sua investigação contra esse delegado - e tem um investigador que trabalhava comigo, um agente policial que também foi preso na época - mandou para a cadeia o Dr. Clemente Calvo Castilhone, por dizer que ele usava o cargo para atrapalhar as investigações - como ele colocou aqui. Que nesse processo em que ele foi preso, ele vazou informações feitas pelo Gaeco. Nessa época, foram feitas algumas prisões de policiais do Denarc. Não irei defendê-los. Se eles têm culpa, com certeza irão cumprir a pena pelo que fizeram.

Contudo, esse Dr. Clemente nada tinha a ver com isso. Ele não vazou informações. Estava em sua residência e foi preso. Ficou preso, perdeu a família e perdeu as escolas pelas quais ele é pós-graduado. Dava aulas inclusive nos Estados Unidos. Perdeu todos os cursos nas faculdades em que dava aulas de direito. Perdeu a família e o curso. Ficou em uma situação crítica na Polícia. Foi absolvido administrativamente, porque os delegados, o Conselho da Polícia Civil, os procuradores - inclusive a Corregedoria e o secretário de Segurança - o absolveram no administrativo.

Conheci o Dr. Amauri, promotor público, quando estive em Campinas, em uma dessas operações. É um arrogante, um cara jovem que se acha o dono do mundo. Mandou para a cadeia não só o Dr. Clemente, delegado e meu amigo, mas também um investigador que trabalhava comigo há oito anos.

Na mesma época em que saiu a prisão desses quatro investigadores no Diário Oficial, indo para o Deic, este policial que estava no Denarc veio trabalhar comigo. O nome dele também saiu. Ele juntou o nome desse policial e colocou para reconhecimento. Algum retardado - como esse promotor - o reconheceu. Ele também foi para a cadeia sem ter nada a ver com o Denarc. Ele trabalhava lá, mas não tinha nada a ver com essa ocorrência.

Ele me liga às 05 horas da manhã e diz: “doutor, estão me prendendo na operação do Gaeco de Campinas.” Eu perguntei: “o que você fez no Denarc? Veio trabalhar comigo hoje e vai ser preso?” No dia que publicou, saiu a prisão dele. Eles juntaram a publicação do Diário Oficial e mandaram, injustamente, mais um agente policial para a cadeia, assim como fizeram com o Dr. Clemente.

Acabaram com a família dos dois. O Dr. Clemente é um delegado sério e correto. É professor de faculdade, mas ficou preso porque esse cidadão achou que ele tinha vazado informações e mandou ele para a cadeia. Ele foi absolvido agora. O Dr. Amauri ainda tomou uma paulada do Tribunal de Justiça. O Tribunal deu uma paulada no Ministério Público. Eles se acham os donos do mundo. Acabaram com uma família.

Eu o conheci quando fui a Campinas. É um arrogante, um promotor jovem. Esse promotor público é um desqualificado. É muito fácil pisar em pessoas que estão por baixo. Na Polícia, quando você toma uma ferradinha, você já toma um bonde. Ninguém o defende. Hoje, nessa administração do Executivo, surge qualquer probleminha e não querem que sobre nada para o governo. Por isso, já mandam punir.

Dr. Amauri, irei respeitar o seu cargo e não o senhor. Defendo a polícia do bem. O que o senhor fez foi uma injustiça e ainda irá passar por isso. O senhor acabou com uma família e com um pai de família. Ele tentou o suicídio por sua causa. O senhor o mandou para a cadeia. Quando a pessoa é do bem e vai para a cadeia, até uma algeima é diferente. Se o senhor não sabe o que é isso, irá aprender. Maldita a Constituição de 88 que deu tanto poder para os senhores. Os senhores estão se lambuzando com tanto poder.

Portanto, não seja tão maldoso e tão desqualificado. Cuidado com a sua caneta. A sua caneta manda pessoas honestas para a cadeia. Vamos mandar bandidos para a cadeia. Para isso o senhor não tem peito. O senhor é fraco. Não terá peito para mandar um ladrão para a cadeia, porque o senhor é medroso. Nós - delegados, policiais civis e militares - mandamos. O senhor não manda. O senhor está bem atrás da mesa, então, é muito fácil. Fique esperto, não faça isso com os outros. Respeite. Foi feita justiça.

Parabéns ao Tribunal de Justiça. Dr. Amauri, irei chamar de doutor por respeito ao seu cargo, mas o senhor, para mim, não é nada. O senhor é um inútil. O senhor pagará pelo que fez. Pode ter certeza de que Deus mostrará. O que o senhor fez foi uma injustiça.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem V. Exa. a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, citei há pouco o caso da Escola Estadual Modesto Tavares de Lima, mas tenho outra denúncia muito grave ainda na área da Educação, agora em relação à Escola Estadual de Diadema, a primeira escola ocupada no ano passado. Quando os alunos perceberam que a escola seria desativada, que teria o fechamento de salas, houve uma ampla mobilização da comunidade escolar que decidiu pela ocupação, inaugurando assim esse ciclo de ocupações no estado de São Paulo, depois tivemos a Escola Estadual Fernão Dias, enfim, mais de 200 escolas foram ocupadas. É uma escola que tem um projeto pedagógico crítico, que forma os alunos para o senso crítico, para participação como reza a Constituição Federal e a LDB, que fala que o objetivo central da Educação é formar o aluno para o pleno exercício da cidadania. No entanto, esses alunos e professores estão sendo perseguidos e punidos pela burocracia da Secretaria da Educação.

Nesse sentido, gostaria de elencar o primeiro tópico dessa denúncia, que é em relação à obstrução da instalação na escola de um curso pré-vestibular gratuito, o Curso Emancipa, um curso já instalado em algumas escolas da rede municipal e da rede estadual. Houve já uma reunião do conselho de escola que aprovou a instalação do curso, um curso gratuito que prepara alunos que não têm condições de pagar os cursinhos tradicionais como preparação para o ingresso numa universidade, sobretudo numa universidade pública. O Grupo Emancipa, que existe já há alguns anos, tem obtido muito êxito no sentido de preparar os alunos e muitos entram na Unicamp, na Unifesp, na USP, enfim, em outras estaduais e federais espalhadas pelo Brasil. O Curso Emancipa, um curso popular, gratuito é organizado por professores da rede pública, professores que prestam um trabalho voluntário inclusive. Esse curso está tentando instalar na escola Estadual de Diadema mais um módulo, mas está encontrando dificuldade para isso.

Num primeiro momento fomos informados de que a direção estava impedindo. O conselho de escola é autônomo, ele pratica o princípio constitucional da gestão democrática. Essa medida foi aprovada, no entanto, a direção da escola remeteu a decisão para a diretoria de ensino. Burocratizaram a instalação desse curso pré-vestibular. Enquanto isso os alunos ficam sem aulas. Os alunos estão perdendo aulas por conta de uma intransigência, de um autoritarismo da rede estadual.

Queremos que essa situação seja resolvida e já no próximo sábado o cursinho possa ser instalado e os alunos possam ter aula. São 350 alunos inscritos que estão esperando uma decisão burocrática para poderem iniciar as aulas de preparação para o ingresso nas universidades, sobretudo nas universidades públicas. O secretário Nalini abriu diálogo, disse que está jogando peso no projeto de gestão democrática da escola pública, no entanto, o que acontece ali é outra coisa. Parece-me que a Escola Estadual de Diadema, com apoio da diretoria de ensino, anda na contramão do que o secretário tem anunciado. Inclusive, o secretário se comprometeu com esse projeto aqui na Comissão de Educação e Cultura.

Quero fazer um segundo registro, mostrando essa estrutura autoritária do Estado contra a qual vamos reagir. A escola está organizando, nos próximos dias, um simpósio para debater vários temas relacionados à cidadania e educação. Fui convidado pela organização desse simpósio, da Escola Estadual de Diadema, para compor uma das mesas a fim de debater o projeto Escola sem Partido, que institui a censura nas escolas. Fui informado agora, pelos professores, de que a direção da escola proibiu minha participação no simpósio. Como um deputado estadual, da Comissão de Educação e Cultura, é impedido de participar de um debate dentro da escola? Não sou candidato a nada; nem sou de Diadema, mas de São Paulo. Eles não podem fazer isso. O que essa direção está fazendo é um absurdo total, um crime.

Vamos reagir. Vou falar hoje mesmo com o secretário Nalini. Se mantiverem essa posição de proibir que um deputado - que também é professor e diretor de escola, ou mesmo qualquer deputado da Assembleia Legislativa - possa participar de um debate... Não é nem sobre partido, mas sobre um projeto que é debatido hoje no Brasil inteiro e aqui na Assembleia Legislativa: o Escola sem Partido.

Esses dois exemplos mostram a impossibilidade da instalação do curso pré-vestibular Emancipa. A diretora está proibindo que um deputado participe do debate, num convite feito pela comunidade escolar - pelos professores e alunos que organizam o simpósio. Os professores foram comunicados agora, e isso gerou uma revolta na escola inteira. Uma revolta maior porque o curso Emancipa não pode ser instalado.

Exijo que o secretário Nalini tome providências em relação a isso. Se não, o projeto que ele está divulgando, de gestão democrática, pode ser considerado mentiroso, uma grande farsa. Não acredito nisso, porque o secretário Nalini é um homem de boas intenções, está sendo preocupado. Mas está sendo boicotado pela burocracia, por escolas e direções autoritárias.

Finalizo minha fala solicitando que cópias de meu pronunciamento sejam encaminhadas ao secretário José Renato Nalini, à Diretoria de Ensino de Diadema e à direção da escola estadual de Diadema. Espero que providências sejam tomadas imediatamente, para que a gestão democrática seja uma realidade nessa escola e nessa rede de ensino. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assomo à tribuna hoje num dia muito triste, não só para o Partido dos Trabalhadores, mas para a democracia brasileira. Acabaram de cassar 54 milhões e meio de votos no Brasil. Os senadores cassaram uma presidente da república contra a qual não há nenhuma condenação. Eles podiam até não concordar - e não concordam mesmo - com a política que a presidente Dilma vinha desenvolvendo no Brasil, que é uma continuidade do governo Lula. Uma democracia jovem, que está sendo construída; mas eles acabaram de matá-la, através do impeachment contra Dilma Rousseff.

Eu quero lamentar isso, porque o impeachment não é contra a presidenta Dilma Rousseff, não é contra o Partido dos Trabalhadores, é contra os avanços que os trabalhadores e o povo pobre tiveram neste País. O que eles querem mesmo, o que está por trás do golpe, é a entrega do patrimônio público para a iniciativa privada. Esse é o projeto do senador José Serra, que hoje é ministro. Esse é o caminho que eles estão percorrendo para a entrega do País, com toda a política que o Brasil vinha desenvolvendo, com todo respeito que ele tinha internacionalmente.

Hoje, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, vamos voltar ao neoliberalismo, à entrega e, pior do que isso, os trabalhadores brasileiros ficarão cada vez mais empobrecidos, porque esse é o projeto do Temer, esse é o projeto que o Temer representa. Foi por isso que eles deram um golpe, não foi por que a Dilma fez pedaladas. O Geraldo Alckmin é campeão de pedaladas, mas não há cassação do Geraldo Alckmin na Assembleia Legislativa. Nós agora podemos até pedir o impeachment do governador Geraldo Alckmin, porque S. Exa. fez muito mais pedaladas do que a presidenta Dilma Rousseff.

O que quero fazer aqui é falar sobre o prejuízo para os trabalhadores. Nós já estamos vendo o presidente da República dizendo qual caminho S. Exa. trilhará, e o caminho é o da reforma da Previdência, para fazer os homens trabalhar até os 70 anos e as mulheres, até os 65 anos. Essa é a reforma da Previdência.

Não vi em nenhum momento desse tempo do governo interino do Michel Temer S. Exa. falar em taxar as grandes riquezas do País. Ele quer taxar os trabalhadores, os aposentados, os pobres, é para isso que se tornou presidente da República. Não foi para resolver problemas do Brasil, mas sim para resolver os problemas de uma elite brasileira que sempre teve as benesses que teve.

Eles não aguentaram 13 anos de governo democrático e já deram o golpe, mas os trabalhadores vão reagir. Nós vamos voltar para as ruas, mesmo que façam o que o governador Geraldo Alckmin tem feito com as manifestações na Avenida Paulista. Os trabalhadores nunca tiveram medo disso, nós enfrentamos a ditadura e vamos enfrentar o Temer com as reformas trabalhistas que S. Exa. quer fazer.

Senhores do governo têm dito que os trabalhadores têm que trabalhar 88 horas semanais. Esse é o progresso que o Temer quer para o Brasil. A reforma na Saúde está tirando os direitos que conquistamos do SUS. Todo mundo tem lido diariamente qual é a posição do ministro da Saúde do Temer. Ele não é, em nenhum momento, a favor do SUS. Ele é, sim, eleito e representa os grandes planos de saúde no Brasil.

Portanto, Sr. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, quero lamentar muito e dizer que faremos durante o governo do Michel Temer, que acaba de dar um golpe no País, o que sempre fizemos durante a ditadura.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente Jooji Hato, deputado Cássio Navarro, deputado José Zico Prado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero só a partir de hoje finalmente poder dizer “Feliz ano-novo” a todos. É uma nova fase.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de falar a todos os deputados que isso é uma página virada. Temos de continuar trabalhando pelos nossos objetivos.

O presidente Michel Temer, com certeza, vai continuar cumprindo as suas missões na vida pública, porque sempre foi uma pessoa que trabalhou e desenvolveu um trabalho com compromisso, de ética, moral e com a Constituição. Não quero argumentar nenhum tema, mas quero cumprimentá-lo e falar que teremos uma nova fase da política do nosso País.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu acho que o deputado Caruso e todos os deputados têm o direito de falar o que quiserem sobre a questão. Nós estamos prevendo um futuro do Brasil, e o deputado Caruso falou que será um futuro melhor. Mas quero saber para quem, se será para os trabalhadores e para o povo mais pobre desse País.

É isso que vamos verificar, e é nesta tribuna que vamos travar o debate quando tivermos a Reforma da Previdência no Congresso Nacional; quando tivermos a Constituição sendo mexida. Vossa Excelência disse que vai cumprir a Constituição, tirando a meta que se tem hoje, dos 30% para a Saúde. E ele já tem falado que vai reduzir.

É isso que vamos debater. Não vamos debater o governo, a pessoa de Michel Temer. Vamos debater nesta Casa a política de Michel Temer que representa hoje para o País.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com o objetivo de apreciar a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 192/2016, de autoria do Sr. Governador que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, antes de levantar os trabalhos, convoco V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 52 minutos.

31 DE AGOSTO DE 2016

39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e CÉLIA LEÃO

Secretários: CEZINHA DE MADUREIRA, WELSON GASPARINI, SEBASTIÃO SANTOS, CÉLIA LEÃO e CARLOS CEZAR

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 192/16, com sete emendas.

2 - JOSÉ ZICO PRADO

Para comunicação, questiona se ainda possui tempo residual de discussão deste projeto.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Responde o questionamento do deputado José Zico Prado.

4 - JOSÉ ZICO PRADO

Solicita verificação de presença.

5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defero o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida pela constatação de quorum visual.

6 - JOSÉ ZICO PRADO

Discute o PL 192/16.

7 - JOSÉ ZICO PRADO

Solicita verificação de presença.

8 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defero o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida pela constatação de quorum visual.

9 - WELLINGTON MOURA

Discute o PL 192/16 (aparteado pelos deputados Sebastião Santos e José Zico Prado).

10 - CÉLIA LEÃO

Assume a Presidência. Anuncia a presença do ex-deputado João Barbosa.

11 - WELLINGTON MOURA

Discute o PL 192/16 (aparteado pelo deputado José Zico Prado).

12 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

13 - CARLOS CEZAR

Solicita verificação de presença.

14 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defero o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não atinge número para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE – FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Proposição em Regime de Urgência

Discussão e votação - Projeto de lei nº 192, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Com 7 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, queria saber se ainda me resta algum tempo, porque na última sessão que nós discutimos...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Vossa Excelência tem um minuto e 15 segundos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, para discutir contra, pelo tempo de um minuto e 15 segundos, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Antes de tudo, presidente, solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os deputados Cezinha de Madureira e Welson Gasparini para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.
